

A JUVENTUDE COMO DISPOSITIVO DAS SOCIEDADES MODERNAS

YOUTH AS A DEVICE OF MODERN SOCIETIES

*Mário Thiago Ruggieri Neto*¹

RESUMO: Um debate que vem ganhando força no Brasil nas últimas duas décadas é o dos direitos específicos da juventude. Dentre os desafios colocados por este debate se destaca a necessidade de definição conceitual da juventude e da ampliação das visibilidades dentro das quais se constroem as políticas públicas voltadas para este segmento da sociedade. Longe de querer esgotar a temática, o presente artigo tem como objetivo indicar alguns apontamentos teóricos e metodológicos que contribuam na compreensão da juventude e de sua construção como problema político e científico. Nossa proposta é partir de algumas contribuições do pensamento de Michel Foucault, notadamente de duas ferramentas analíticas: a governamentalidade – formas e regimes de verdade através dos quais o poder se exerce nas relações sociais e torna possível o governo das condutas individuais e coletivas; dispositivo – rede de conhecimentos, práticas e discursos que são construídos em torno de um objeto determinado. Demonstraremos, a partir da análise de alguns discursos científicos, como a juventude foi construída como um dispositivo no interior de processos que configuraram a governamentalidade nas sociedades modernas.

Palavras-chave: Juventude. Dispositivo. Governamentalidade. Sociedades Modernas.

ABSTRACT: A debate that has been gaining momentum in Brazil in the last two decades is the specific rights of youth. Among the challenges posed by this debate highlights the need for conceptual definition of youth and expansion of visibilities within which are built facing this segment of society public policy. Far from exhausting the topic, this article aims to outline some theoretical and methodological notes which help in the understanding of youth and their construction as a political and scientific problem. Our proposal is based on some contributions of Michel Foucault's thought, notably two analytical tools: governmentality - forms and regimes of truth through which power is exercised in social relations and becomes the government of individual and collective behaviors possible; device - a network of knowledge, practices and discourses that are built around a particular object. Demonstrate, through the analysis of some scientific discourses, as the youth was built as a device within the processes that shaped the governmentality in modern societies.

Keywords: Youth. Device. Governmentality. Modern Societies.

¹ Bacharel, licenciado e mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil.

* O presente artigo é uma versão adaptada de um capítulo da dissertação de mestrado (ainda em construção) do autor.

Modernidade e governamentalidade

Por modernidade ou sociedade moderna, entendemos o processo de reorganização das relações de poder que foi desencadeado por, e, ao mesmo tempo, ajudou a constituir - de forma gradual e inacabada - o modo capitalista de produção e sua correlata governamentalidade, definida pela configuração de sociedades reguladas por um centro político-administrativo - institucional, o Estado.

O que nos interessa diretamente nessa história de constituição da modernidade é verificar como foram se processando divisões etárias em decorrência das transformações ocorridas; como, no nível das relações sociais, novos cortes foram se constituindo e antigos cortes se modificando; como, a despeito do que fora produzido nos múltiplos modelos sociais antecedentes, as sociedades modernas tenham produzido uma racionalidade própria para as fases da vida, dentre elas, a juventude.

A articulação entre a constituição da sociedade moderna e a emergência histórica da juventude como dispositivo pode ser melhor descrita se tivermos em mente que a centralização do poder econômico (acumulação de capital) e a centralização do poder político (Estado), que dão forma às sociedades modernas, devem parte de seu êxito ao processo de racionalização das técnicas de sujeição individual. O poder nas sociedades modernas é ao mesmo tempo centralizador e individualizante. Dito de outro modo, o exercício do poder em nossas sociedades torna possível, por um lado, o governo de muitos ou de todos na medida em que se detém os recursos centralizadores (autoridade legal, monopólio da violência e capacidade de vigilância, por ex.) e, por outro, o governo de cada um em sua singularidade ou diversidade a partir da sujeição dos indivíduos aos critérios da normalização.

A face centralizadora do poder nas sociedades modernas é amplamente discutida pela história e pelas ciências sociais². A relação desta face centralizadora com a tendência de individualizar, entretanto, nem sempre é destacada. Sobre este aspecto do poder as investigações de Foucault são de extrema relevância e nos oferecem exemplos históricos e preciosas pistas investigativas.

Foucault ressaltou, em determinada ocasião, que suas investigações buscaram descrever as relações existentes entre experiências (loucura, doença, transgressão de leis, sexualidade, identidades), conhecimento (psiquiatria, medicina, criminologia, sexologia,

² Os papéis da centralização do poder econômico e do poder político na constituição das sociedades modernas foram objeto dos estudos clássicos de Karl Marx e Max Weber. Para uma discussão mais contemporânea, ver Giddens, O Estado-Nação e a violência, São Paulo, Edusp, 2005

psicologia, economia) e poder (exercido nas instituições psiquiátricas e penais, nos aparelhos estatais e em todas as outras instituições que se dedicam ao controle dos indivíduos) (FOUCAULT, 1990).

Nossa civilização desenvolveu o mais complexo sistema de conhecimento, as mais sofisticadas estruturas de poder: em que nos transformaram esse tipo de conhecimento, esse tipo de poder? De que modo as experiências fundamentais da loucura, do sofrimento, da morte, do crime, do desejo, da individualidade, articulam-se com conhecimento e poder – mesmo que não tenham consciência disso? Tenho certeza de que jamais encontrarei a resposta; estou convicto, porém, de que é preciso formular a pergunta. (FOUCAULT, M. 1990, p. 88)

Para compreendermos o aspecto individualizante do poder, tomemos o caso da experiência da sexualidade analisada por Foucault em suas conexões com o conhecimento e o poder.

Em seu estudo sobre a história da sexualidade³, Foucault evidenciou como as modernas sociedades ocidentais configuraram uma relação com o desejo e com a sexualidade que não é exatamente da ordem da repressão ou da proibição, como se supunha, por exemplo, no campo da psicanálise, mas uma relação antes de tudo produtiva; através de conhecimentos e práticas relacionadas ao desejo, aos prazeres e à reprodução (como os da medicina, da psicanálise, da sexologia), nossas sociedades fizeram mais que proibir; produziram uma série de “verdades” sobre o sexo e instrumentalizaram a sexualidade como verdadeiro dispositivo político, através do qual é possível governar corpos, estimulando alguns comportamentos, silenciando outros. A sexualidade, na medida em que foi capturada por essa rede de práticas, discursos e saberes, tornou-se uma via de acesso ao corpo; não foi simplesmente “descoberta” de acordo com os critérios da razão e da ciência moderna, mas sim normalizada no âmbito da intervenção, seja médica, psicanalítica, do Estado, etc.

Foucault descreve desta maneira - partindo da noção de dispositivo - a relação entre experiências (sexualidade, desejo), conhecimento (medicina, psicanálise, sexologia, pedagogia) e poder/verdade (histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação; psiquiatrização do prazer perverso). (FOUCAULT, 2007)

Os estudos de Foucault passaram por outros temas como a loucura, o crime, a doença e o próprio Estado. Sua obra aponta para uma racionalização e expansão das

³ Refiro-me aqui especificamente à História da Sexualidade: A Vontade de Saber, (Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007), o primeiro de uma série de três volumes.

formas de governo que, assim como é o caso do dispositivo de sexualidade, nada tem a ver, à primeira vista, com o Estado ou com o capital, mas que, ao sujeitarem as subjetividades, ajudaram nossas sociedades acumular uma incrível capacidade de governar pessoas em múltiplos sentidos e em diversos aspectos de sua vida. A forma como estas sociedades delimitaram a sexualidade - a partir da normalização - não se explica pela natureza própria da sexualidade, mas pelo sucesso da normalização como mecanismo político de produção da verdade, tornado princípio e método da organização dos espaços e das relações humanas, utilizado inclusive pelo Estado em seu campo de atuação.

No mecanismo de normalização, dois conjuntos de saberes, procedimentos e técnicas de produção da verdade se destacam: as disciplinas e a biopolítica. Ambas constituem juntas as tecnologias políticas desenvolvidas pela governamentalidade contemporânea e seu desenvolvimento explica parte importante do que somos hoje, do ponto de vista do poder: indivíduos de uma população.

O tema das disciplinas é um dos mais explorados por Foucault e aparece notadamente em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1993), obra na qual o autor estuda a história das instituições e práticas penais desenvolvidas na Europa a partir dos séculos XVII e XVIII. Naquele momento, as monarquias europeias reconfiguravam seus métodos punitivos até então pautados no castigo corporal público - os espetáculos do suplício - substituindo-os gradualmente por formas mais sutis e elaboradas de punição. A internação em instituições prisionais e correcionais representa uma forma de punir baseada em outra racionalidade, pautada em outras técnicas e que visa a outros objetivos.

Não se tratava apenas de livrar a sociedade do criminoso, pois isso já ocorria no suplício, que no limite era a morte do condenado. O que passa a ocorrer nas modernas instituições prisionais é toda uma redefinição do sentido da punição, que passa pela individualização da pena e pela reinserção social (utilização) do condenado. Estas instituições passam a assumir a responsabilidade sobre o corpo do condenado que, por sua vez, encontra-se submetido à um rigoroso mecanismo de controle do tempo, de vigilância ininterrupta das condutas e da penalização dos desvios: instauram-se as disciplinas, um tipo de racionalidade e um conjunto de técnicas que isolam os indivíduos do meio social mais amplo e uns dos outros, passando a examiná-los, observá-los, classificá-los e submetê-los a tratamentos específicos. Esta tecnologia disciplinar pune na mesma medida em que promove o treinamento de cada corpo em particular. É um exercício de poder sobre os corpos bastante diverso da pura violência física, tanto por

seus métodos quanto por seus efeitos.

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa máquina de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. (FOUCAULT, 1993, p. 127)

As disciplinas diferenciam e individualizam, distribuindo funcionalmente a multiplicidade dos indivíduos em atividades planejadas, tirando de cada um o máximo de efeitos possíveis. Colocam cada indivíduo em seu lugar ideal, gerando maior obediência, docilidade e eficiência, tornando este tão produtivo quanto possível. É assim bastante compreensível que, se até certo ponto é possível identificar a prisão como a “mãe” das disciplinas, elas mesmas tenham sido generalizadas rapidamente para todas as instituições que lidavam ou que passaram a lidar com a internação dos indivíduos, como hospitais, manicômios, exército, fábricas, colégios e escolas (apud, p. 129).

As disciplinas decompõem “os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Elas os decompõem em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modifica-los, de outro” (FOUCAULT, 2008, p. 75). Os elementos identificados são classificados em “função de objetivos determinados” em cada instituição. A disciplina “estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros” (apud). É nesse sentido uma tecnologia de normalização.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz (FOUCAULT, 2008, p.75).

As disciplinas não ficaram restritas as instituições que as desenvolveram. Seus métodos foram ampliados na organização das cidades, no tratamento das epidemias, na administração do Estado.

Do ponto de vista da governamentalidade, as disciplinas são uma maquinaria avassaladora de poder. Sua aplicação abre possibilidades muito mais amplas do que a mera repressão violenta das condutas na medida em que se torna possível, com as disciplinas, dar utilidade ou funcionalidade para os corpos. É, assim, uma técnica de governo através da qual a modernidade substituiu o lugar epistêmico e também político antes ocupado por Deus, representado na terra pela figura do soberano, que controlava

seus súditos através da violência física exemplar. Com a disciplina, o poder pode manter-se invisível na mesma medida em que age de forma constante, “de modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas” (FOUCAULT, 1993, p. 179). Sua generalização como meio de conhecimento e de intervenção corrobora para a constituição de uma sociedade de normalização na medida em que, ao se exercer, captura e sujeita a individualidade a partir do comportamento médio estabelecido como ideal. Esta captura do corpo, das múltiplas formas que este pode assumir e das suas múltiplas potencialidades seria uma espécie de segredo bem guardado pelas sociedades modernas que, a despeito de tal rede de captura do sujeito, acreditam ser ele mesmo – o sujeito – um dado a priori, uma realidade empiricamente acessível. Pelo contrário, Foucault demonstra em suas análises que os sujeitos e as subjetividades se constituem numa complexa trama de saber-poder, da qual a normalização disciplinar é um importante mecanismo de sujeição.

A outra grande tecnologia política da modernidade é a biopolítica. Na última aula do conjunto de aulas ministradas no Collège de France nos anos de 1975 e 1976, reunidas e publicadas com o título *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2005), Foucault inicia uma investigação acerca do poder político a partir de eventos que remontam ao século XIX, no qual identifica que uma das transformações mais relevantes nas sociedades ocidentais é a “assunção da vida pelo poder, um interesse do poder político pelo ser humano enquanto espécie, enquanto ser vivo” (apud, p. 286). Enquanto vigorou a mentalidade medieval e suas correlatas formas de governamentalidade centradas na violência física, a vida não era o principal alvo do poder político, seu alvo era o território sobre o qual o soberano tinha direito e, dentro dele, os súditos e seus deveres para com o rei. A vida do súdito só tinha interesse para o soberano na medida em que este podia tirá-la daquele, ou seja, o soberano podia deixar viver ou fazer morrer o súdito.

Entre os séculos XVIII e XIX, a relação do poder com a vida ganha outra conotação. O homem é descoberto como espécie biológica, como ser vivo e os fenômenos biológicos e de conjunto da espécie humana passam a entrar no cálculo necessário para o desenvolvimento econômico.

As disciplinas já avançavam em direção à vida, uma vez que encontraram no corpo este potencial – a vida, a vitalidade, a força, as habilidades - e procuraram organizar esses seres vivos que somos de forma produtiva. Se nos séculos XVII e XVIII as disciplinas foram a tecnologia mais inovadora do ponto de vista do exercício do poder – de modo a

fazer na massa variável dos homens cortes, fragmentações, deixando em evidência o mínimo, o atômico, o indivíduo – do início do século XIX em diante, o alvo do poder é o conjunto dos fenômenos biológicos inerentes à vida humana, e estes fenômenos na medida em que são fenômenos de massa, gerais, endêmicos, mais ou menos estáveis do conjunto: enfim, o homem enquanto população, conceito primeiramente empregado na biologia e que foi assimilado pelas ciências humanas, passa a ter relevância e significação.

Diante da possibilidade de conhecer fenômenos coletivos inerentes à vida da espécie, o poder político passa a se reestruturar em torno dos fenômenos de população e a compor novas técnicas e ferramentas. Nesse momento, por exemplo, se lança mão da “estatística” como método de mensuração dos processos próprios de uma população num determinado espaço de tempo, como a natalidade, a mortalidade, a criminalidade. Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de manipulação de elementos que modifiquem a qualidade da vida da população, ajustando de um lado, controlando de outro, baixando a mortalidade, elevando a produtividade, etc. Essa tecnologia de poder que incide sobre a vida e seus processos é o que Foucault denomina biopolítica.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo na medida em que é indivíduo, essencialmente, de intervir naquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encurtar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se, sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média (...) em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos. (FOUCAULT, 2005, p.294)

Enquanto as técnicas disciplinares se constituíram nos séculos XVII e XVIII como método de se exercer poder sobre os corpos mediante a individualização, a biopolítica é uma tecnologia massificante, indo na direção do homem-espécie. Se o efeito das disciplinas é a produção de subjetividades sujeitadas, o efeito da biopolítica é a regulamentação, entendida como manipulação dos meios necessários para se atingir o nível “normal” ou “ideal” para as tendências de uma população. Porém, a biopolítica não substituiu as disciplinas; a relação entre as duas tecnologias políticas é de complementariedade e sua articulação é o que compõe as sociedades modernas como sociedades de normalização.

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo

controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma” [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida [...] é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias da disciplina, de uma parte, e das tecnologias da regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 2005, p. 302)

Enfim, foi desta maneira que, através do desenvolvimento das tecnologias políticas, a modernidade engendrou o duplo corte epistêmico no que se refere a vida humana, dando visibilidade ao indivíduo e à população como unidades governáveis. Em dois movimentos, diferentes, mas complementares, a normalização tornou-se o modus operandi do poder. Se é certo que a centralização do poder político e econômico está na origem das sociedades modernas, é tão certo que a governamentalidade posta em prática nestas sociedades tem como característica singular a capacidade de vigiar e modificar as condutas individuais (através das disciplinas) e de interferir nos fenômenos e relações da vida coletiva (através da biopolítica).

Modernidade e fases de vida.

Graças ao trabalho *História Social da Criança e da Família* (ARIÈS, 1973) publicado nos anos de 1960 pelo historiador francês Philippe Ariès, sabemos hoje que a infância e o mundo adulto nem sempre estiveram separados, não havendo grandes distâncias materiais e simbólicas entre eles, por exemplo, nas sociedades da Alta Idade Média. O que hoje chamamos de infância e de juventude simplesmente não existia naquele contexto histórico e cultural.

O estudo de Ariès cobre certo período da história europeia e reconstitui algumas das transformações decisivas para a divisão etária das sociedades modernas, não partindo de uma visão linear ou teleológica dos fatos, uma vez que reconhece a existência dos grupos de idade em outros contextos sociais, como é o caso da Antiguidade ou das sociedades ainda existentes estudadas pelos etnólogos. Não obstante, sua análise busca precisar como, no nível das sensibilidades e das relações cotidianas, as sociedades modernas redefiniram o significado da infância, criando para ela uma racionalidade própria, separando gradualmente as crianças do meio social mais amplo.

Até meados do século XVII, prevalecia a ausência de um sentimento específico em relação à infância, ou melhor, nos casos em que ele existia, remetia a um brevíssimo

período da existência humana.

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote de homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÈS, 1978, p. 10)

O “tempo da aparição”, quando a criança era vista como um “brinquedinho divertido”, logo dava lugar a uma espécie de indiferença por parte dos adultos em relação à idade da criança. A socialização desta era feita sem grandes rupturas – o que não quer dizer sem conflitos - e acontecia sobretudo sob a forma do aprendizado, processo no qual as crianças simplesmente se misturavam aos adultos em suas práticas culturais e laborais.

A transmissão de valores, saberes e, de forma mais geral, a socialização das crianças não eram asseguradas pela família, nem controladas por ela. A criança se afastava rapidamente de seus pais e pode-se dizer que, durante séculos, a educação foi assegurada pelo aprendizado graças à coexistência da criança ou do jovem e dos adultos. Ela aprendia as coisas que eram necessárias saber ajudando os adultos a fazê-las. (ARIÈS, 1978, p. 6)

Na descrita sociabilidade medieval, a delimitação das idades era algo muito impreciso apesar de mecanismos como a maioridade/menoridade jurídica existirem desde muito antes. Contudo, no que diz respeito à identidade civil medieval, o sobrenome ocupava o lugar central ocupado hoje pelo número.

Quanto à indiferença em relação à criança, há também que se levar em conta que ela era, até certo ponto, uma consequência inevitável da demografia da época. A maior parte das crianças morria nova demais para ser lembrada, o que caracterizava a infância como algo efêmero, passageiro e que não continha em si muito valor. Para ilustrar esta realidade, Áries cita frases atribuídas aos Ensaios de Montaigne: “As minhas morrem todas pequenas” ou ainda, “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero” (MONTAIGNE apud ARIÈS, 1978, p. 57).

A mentalidade medieval em relação à criança só começaria a ruir a partir do século XVII, em franca relação com a expansão da industrialização e dos Estados na Europa. É a partir desse momento que o atual “sentimento de infância” se instala nas mentalidades e nas relações sociais e as crianças começam a ganhar uma atenção especial nos discursos científicos e filosóficos, nas proposições morais, nas ações e intervenções do Estado. O olhar indiferente sobre a criança, típico da sociabilidade medieval, vai sendo progressivamente abandonado, vindo mesmo a tornar-se repulsivo em nossas sociedades atuais. A tese sustentada por Ariès é a de que essa mudança nas mentalidades e

sentimentos se deu a partir de dois movimentos que separaram as crianças do meio adulto. Primeiro, a reorganização da família como local de afetividade necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos.

A afetividade não era uma necessidade na família medieval. Se ela existisse, melhor, mas o que a família tinha por missão sentida por todos era “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua [...] em um mundo em que um homem, mais ainda uma mulher isolada não podiam sobreviver [...] em defesa da honra.” (ARIÈS, 1978, p.11) As trocas afetivas ocorriam fora da família, num “meio muito quente e denso”, composto por vizinhos, amigos, homens, mulheres, amos, criados. À esta sociabilidade medieval, começou a se sobrepor, a partir de um momento determinado, a ideia de que cada criança é única e que cabe à família cuidar meticulosamente de sua educação, não sendo suficiente apenas estabelecer os filhos em função dos bens e da honra.

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pode mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ARIÈS, 1978, p.12)

O segundo movimento apontado por Ariès é a escolarização da infância, processo pelo qual a antiga prática do aprendizado foi sendo paulatinamente substituída pela educação formal nas escolas e colégios.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito de muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização. (ARIÈS, 1978, p. 11)

A criança, que antes experimentava a vida junto dos adultos, passa a ser duplamente segregada da sociedade, tendo de desenvolver-se socialmente e moralmente no interior da família e da escola. Estes movimentos (reorganização da família e escolarização) ocorreram inicialmente entre as classes burguesas e aristocráticas, mas até o século XX, vulgarizaram-se por todas as camadas sociais, estimulados inicialmente pelas doutrinas de reformadores católicos e protestantes, e posteriormente por profissionais como médicos, pedagogos, psicólogos e pelo próprio Estado que vai inserindo gradativamente a criança no âmbito da biopolítica.

Detenhamo-nos agora diante do potencial crítico da análise de Ariès. Ela coloca em questão o trivializado pressuposto das fases de vida, demonstrando que ele talvez não seja tão universal quanto se supõe. Apesar do que dizem algumas vertentes das ciências humanas, a divisão social entre crianças e adultos tem uma origem histórica bastante tardia ou, em todo o caso, uma configuração bastante precisa nas sociedades modernas.

Podemos ampliar o alcance crítico das teses de Ariès retomando a questão da expansão da governamentalidade nas sociedades modernas. Família e escola são, tanto em sua organização quanto em suas consequências, instituições disciplinares: sua organização isola a infância, individualizando cada criança como portadora de valor e características únicas; na família e na escola, cada criança torna-se alvo de um conjunto de medidas que visa seu pleno desenvolvimento em direção ao adulto que deverá se tornar; em contrapartida, a infância é subjetivada como fase exclusivamente circunscrita à proteção familiar e à escolarização. A descoberta da infância como fase singular do desenvolvimento humano é, por esta razão, histórica e epistemologicamente indissociável dos processos de agenciamento e sujeição de indivíduos operados pela escolarização e pela reorganização da família na sociedade moderna. O raciocínio que gostaríamos de propor então é o seguinte: a divisão etária, como nos lembra Bourdieu (1983), é um ato de poder e uma divisão de poder. As fases de vida, como infância, adolescência, juventude, velhice, não representam unidades estanques ligadas ao fenômeno biológico do envelhecimento, trazidas à consciência pela razão e pelos métodos da ciência moderna. São, antes disso, dispositivos políticos através dos quais se produz e se conduz subjetividades. No estudo das fases de vida, não é sua funcionalidade para a sociedade que deve ser procurada e demonstrada, mas o modo como a divisão etária compõe, em contextos específicos, uma estratégia para o exercício do poder⁴.

O Dispositivo de Juventude

Assim como a sexualidade, a idade é construída em nossas sociedades como meio de acesso do poder ao corpo. Sob o rótulo fases de vida, o poder desarticula, esquadrinha e recompõem os corpos, normalizando-os a partir de suas idades.

⁴ Esta premissa, embora aqui construída dentro dos marcos metodológicos do pensamento foucaultiano, já foi mencionada por José Machado Pais que nos diz o seguinte: “Determinadas fases de vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases são socialmente vistas como “geradoras” de problemas sociais.” (MACHADO PAIS, J. 1990, p.146 e 147).

A infância, que mal se conhecia no mundo medieval, entra numa economia política dos corpos a partir da qual é (re)definida como fase plenamente tutelada da vida humana, na qual o indivíduo é considerado dependente e encontra-se sob total responsabilidade de outrem. A infância assim definida opõe-se à fase adulta, na qual, por sua vez, o indivíduo é considerado autônomo e capaz de autorrepresentação. Desenha-se a ideia de um desenvolvimento linear e progressivo do indivíduo, que vai da infância à fase adulta, entendida, portanto, como maturidade. Esta premissa aproxima campos diversos como os da medicina, da psicologia, da pedagogia, das leis. Trata-se de uma normalização das idades na qual a norma é ser adulto, sendo o que vem antes marcado pela incompletude e o que vem depois definido como decadência. Nossas sociedades podem ser assim consideradas como adultocêntricas.

No movimento de oposição criança-adulto, a partir do qual a infância vai se tornando uma experiência governável, situa-se a emergência da juventude na modernidade, entendida e subjetivada, por sua vez, como processo de amadurecimento ou desenvolvimento que leva o indivíduo da infância à maturidade. A juventude torna-se, nas sociedades modernas, uma fase de transição.

Não queremos aqui, como deve estar claro, estabelecer uma nova tipologia para a compreensão da juventude em sua natureza ou em sua ontologia. Ela é o que é, ou melhor, ela é o que é feito a partir do momento em que se destaca a singularidade dos jovens. O que é feito depende, por sua vez, da maneira como esta singularidade é destacada, ou seja, depende dos mecanismos políticos de produção da verdade aos quais a subjetivação da juventude está submetida⁵.

Afirmar a primazia da transição na forma pela qual as sociedades modernas subjetivam a juventude também não significa ter em mente o objetivo de apontar simplesmente, em tudo o que se diz ou que se faz em nome da juventude, uma espécie de epistemologia socialmente compartilhada. O que estamos querendo ressaltar é que o que se diz ou o que se faz em nome da juventude escapa, na maioria das vezes, à vontade dos próprios jovens; isso acontece por eles mesmos terem sido colocados e se reconhecerem, de alguma maneira, em uma posição transitória. A juventude se constrói assim no âmbito

⁵ É importante frisar que esta análise não se aplica a todos os contextos sócio-culturais que deram destaque a juventude; não obstante a juventude ser sempre transitória do ponto de vista biológico, na Grécia Antiga, por exemplo, o imaginário sobre a juventude articulado à noção de Paidéia designava aos jovens papéis e funções específicas (a caça, os esportes, a guerra) que visavam não apenas a educação do futuro membro adulto da pólis. Antes, a preservação e desenvolvimento da própria pólis dependia das virtudes e habilidades juvenis. Sobre o tema, ver Arlans Schnapp, *A imagem dos jovens na cidade grega* in Levi e Schmitt (Orgs.), *História dos Jovens*, vol. 1, Cia das Letras, 1996.

de uma racionalidade na qual ela é um sujeito incompleto (alguém que ainda não é adulto), um processo (a própria transição) e uma situação necessariamente passageira. A partir dessa racionalidade as sociedades modernas desenvolveram em relação à juventude uma série de discursos, de práticas, de ideologias.

Vamos tentar reconstituir parte do moderno dispositivo de juventude partindo de alguns discursos e proposições científicas produzidos por campos que tentaram identificar a natureza da juventude, sua relação com a sociedade mais ampla e as soluções para seus problemas específicos.

Juventude no discurso científico

Andreas Flitner (1968) situa no século XVIII a emergência da juventude como problema teórico e de investigação filosófica e científica. Naquele contexto, era o problema do homem, de sua essência e das formas que ela pode assumir que se colocava e era disputado pelas correntes de pensamento em vigência. O excerto a seguir, destacado do estudo de Flitner, identifica estas correntes e nos dá uma ideia das condições epistêmicas nas quais a juventude passou a tornar-se um problema para a reflexão teórica e para a pesquisa empírica.

Esse interesse pela essência, a posição e as maneiras de ser do homem estendeu-se gradativamente à infância e à juventude. Com isso, entraram em conflito diversas correntes do espírito da época, cujo conjunto, entretanto, veio fortificar a nova sede de conhecimentos, sem que seus antagonismos intrínsecos se tivessem diluído. A epistemologia empírica, na forma especial da Filosofia sensualista inglesa, multiplamente afirmada nos sucessos das Ciências Físicas e Naturais isentas de metafísica, também se voltou para os fenômenos psíquicos, encontrando um campo infinito na observação e descrição das experiências psíquicas. Dá-se o nome de “empíricos” a grande parte das inúmeras obras e compêndios da Psicologia e da Antropologia no final do século. O pietismo, em sua doutrina da alma, não se satisfizera com as impressões dos sentidos e com as observações exteriores, dirigindo sua atenção para as experiências da alma [...] A Antropologia racionalista, finalmente, não pôde aceitar as experiências sensuais nem espirituais como decisivas, estabelecendo a autonomia da razão como elemento propriamente humano e observando em especial seu desenvolvimento. (FLITNER, 1968, p. 38)

A lenta inserção da juventude como problemática investigativa segue assim programas diversos, como o das Psicologias experimentais, o da pedagogia filantrópica, o da criminologia que desde o século XVIII vai se interessar pelas condições de vida de jovens e crianças e sua relação com o fenômeno social da criminalidade. A sociologia da juventude vai se consolidar, já no século XX, herdando esta capacidade de destacar a juventude a partir de critérios e recortes diferentes e mesmo conflitantes.

A psicologia se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX como campo demarcado, sobretudo, pelos critérios das Ciências Naturais, atribuindo-se a tarefa de desvendar as leis da natureza que regiam o corpo, a mente e a vida coletiva (GONZALES e GUARRESCHI, 2008). A partir desses pressupostos,

... a Psicologia duplica conceitos empíricos para legitimar seus próprios conceitos em uma função transcendental, instituindo bases fundamentais para a compreensão da natureza humana e do desenrolar evolutivo das idades –da infância à idade adulta
-, gerando saberes e práticas em torno desse homem-indivíduo (GONZALES e GUARRESCHI, 2008 p.472)

A psicologia incorporou a juventude a partir de premissas vindas da biologia evolutiva, notadamente a de que há um progressivo desenvolvimento do indivíduo humano, que começa desde o nascimento e atinge seu apogeu, o estado de maturidade, quando o indivíduo atinge a fase adulta (apud). O momento da juventude, por ser transitório, é marcado pela instabilidade física e psíquica, enquanto a fase adulta se caracteriza pela maturidade e estabilidade.

O corte que a psicologia impõe à realidade com essa conceitualização é um corte temporal, que além de descrever o desenvolvimento teleológico do indivíduo, permite enquadrar os sujeitos em etapas psicológicas e cognitivas correspondentes às suas idades, prescrevendo para cada etapa os padrões de normalidade e as práticas terapêuticas adequadas. Opera-se, de forma paradoxal, na ótica da descoberta de uma suposta “natureza humana”, enquanto se cristaliza, na própria prática psicológica, a “naturalidade” das fases de vida.

A psicologia aos poucos acabou impondo outro recorte às fases do desenvolvimento, dando preferência à adolescência, processo fisiológico de maturação do aparelho reprodutivo, entendida como momento crítico do desenvolvimento do indivíduo. Esta noção de crise da adolescência retomou a ideologia da juventude como momento de transformação radical do indivíduo, como “segundo nascimento”, que tinha sido sugerida por Rousseau (1973) e socialmente estabelecida no século XIX, ganhando, contudo, novos contornos no século XX⁶.

A tematização sociológica da juventude tem um desenvolvimento próprio. Embora a premissa da Psicologia das fases universais do desenvolvimento humano tenha

⁶ No campo da psicanálise, Freud considerou a adolescência como crise edípica em proporções aumentadas decorrentes da ambigüidade entre a maturidade e a proibição sexual. Ver FREUD, “As metamorfoses da puberdade” in Três Ensaio para uma teoria sexual (1905) Obras Completas, vol. II, Madrid, Biblioteca Nueva, 1976.

sido adotada por algumas vertentes do pensamento e da pesquisa sociológica, por outro lado, desde muito cedo se reconheceu, no âmbito das ciências sociais, que “a adolescência não se refere a uma fase de vida que tenha necessariamente de emergir, em todas as sociedades, entre a infância e a vida adulta” (REUTER, 1937), ou que “a adolescência se reportava a uma fase de vida com limites cronológicos flutuantes, variando a sua duração de cultura para cultura” (MEAD, 1935)

Há que se reconhecer que a sociologia muitas vezes serviu como caixa de ressonância dos discursos dominantes sobre a juventude, como os discursos dos meios de comunicação de massa, da publicidade, dos partidos políticos, das agendas governamentais (MACHADO PAIS, 1990). O campo sociológico da juventude oscilou, ele próprio, entre correntes e tendências, ora enfatizando determinados sujeitos e temáticas, ora outros, num processo de significação indissociável de fatores histórico-políticos.

Ao invés de uma abordagem exaustiva das correntes teóricas da sociologia da juventude, propomos aqui uma análise de duas problemáticas associadas à juventude que foram disputadas pelas vertentes da pesquisa sociológica: a integração dos jovens à sociedade e a juventude como mudança social.

A problemática da integração dos jovens à sociedade foi elaborada principalmente pelo funcionalismo sociológico, com destaque para os estudos realizados desde a segunda década do século XX nos Estados Unidos pela Escola de Chicago. Em sua multiplicidade, estes estudos interessaram-se pelos comportamentos tipicamente juvenis utilizando a noção de socialização, entendida como integração dos indivíduos à sociedade, como grade de inteligibilidade para a interpretação destes comportamentos. Na realidade, o pressuposto funcionalista era o de que “a normalidade da condição juvenil é uma socialização integradora à estrutura social com baixo nível de conflito” (GROPPO, 2009, p. 38).

Com estas lentes, muitos estudiosos voltaram-se aos comportamentos desviantes ou anormais de jovens que, por recusa seletiva dos padrões convencionais ou por dificuldades de acesso decorrentes de sua situação de classe, não conseguiam integrar-se ao sistema social estabelecido. Os temas que ganharam destaque foram a delinquência e a rebeldia juvenil e as interpretações sociológicas enfatizaram a dimensão coletiva ou social dessas modalidades de desvio⁷.

⁷ Nos anos de 1950 estabeleceu-se nos Estados Unidos uma visão que associava a juventude à ideia de delinquência,

Na obra *De geração a geração*, de Eisenstadt (1976) (autor que apesar de israelense tem sua obra articulada à sociologia norte-americana) encontra-se uma importante formulação teórica sobre a integração das novas gerações nas sociedades humanas e a natureza das dificuldades específicas que esta integração encontra nas sociedades modernas. Eisenstadt considera, em síntese, que a integração do indivíduo à sociedade humana é garantida em todas as sociedades pelas relações etárias; nas sociedades primitivas, é garantida, sobretudo às “relações etariamente heterogêneas”, nas quais crianças e jovens, assim como os adultos, assumem papéis específicos e institucionalizados na vida social. Esses papéis, por sua vez, estão subordinados às atividades do grupo familiar e aos laços de parentesco, que são os critérios básicos da organização social e política das sociedades primitivas.

As relações de parentesco, assim como as relações familiares, organizam-se na distribuição de papéis etariamente heterogênea. Por meio dos vários mecanismos da equivalência entre irmãos, os padrões de autoridade e respeito que existem no núcleo familiar estendem-se às relações entre as diversas gerações de parentes. Desta maneira, o equilíbrio entre a gratificação instrumental e expressiva estende-se a uma esfera maior de atividades e as relações de parentesco e os grupos de descendentes servem também como extensões da família no cumprimento de suas funções: a integração da personalidade e a manutenção do sistema social. (EISENSTADT, 1976, p. 21).

O que facilita a socialização ou integração dos jovens nas sociedades primitivas é, portanto, o fato de os critérios do parentesco e da família se estenderem à vida pública ou à “sociedade total” e os jovens, ao assumirem papéis relativos ao grupo familiar, tornam-se socialmente integrados.

Esta facilidade não pode ser encontrada, argumenta Eisenstadt, em sociedades guiadas por critérios universalistas, para os quais os valores particularistas do grupo familiar não servem de referência. É o caso das sociedades modernas. Além disso, os papéis que os indivíduos têm de desempenhar na infância e juventude modernas não cumprem nenhuma função social imediata; são, antes, parte de uma longa aprendizagem para papéis futuros, que o indivíduo virá a desempenhar na vida adulta. Em comparação com as sociedades primitivas, há um distanciamento muito maior entre o jovem moderno e a sociedade na qual ele deve integrar-se; nesse sentido, surgem os grupos etários, nos quais os próprios jovens estabelecem entre si vínculos e laços que lhes permite satisfazer desejos de expressividade e formar sua identidade pessoal. São relações “etariamente

quase que se caracterizando esta como a principal característica daquela. Os atos de delinquência juvenil nessa época ganham relevância pública na medida em que extrapolam os “limites dos setores socialmente anômalos [...] e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média” (ABRAMO, 1997 p.30).

homogêneas” - ao contrário, portanto, do que ocorre nas sociedades primitivas - que determinam parte importante da formação da personalidade juvenil.

Sobre os critérios particularistas desenvolvidos no âmbito da família, Eisenstadt diz que:

[...] na medida em que esses critérios (os desenvolvidos pelo grupo familiar) não são os critérios últimos que regem os diversos os papéis e relações institucionalizados e não são os mais importantes do sistema de valores da sociedade, deverá ocorrer um “ponto de ruptura” na facilidade da transferência da identidade e da solidariedade que se baseiam em relações etariamente heterogêneas. Nestes casos [...] surge uma tendência no sentido de relações etariamente homogêneas e agrupamentos voltados para a transferência de identificação e extensão da solidariedade desde um conjunto até o outro, sendo este diferente por ser estruturado segundo critérios diferentes. (EISENSTADT, 1976, p. 22)

O isolamento da família em relação às demais instituições que regem a vida coletiva, a divisão do trabalho e especialização econômica que requerem um grande tempo dedicado à formação dos jovens, verificado pela progressiva expansão da escolarização, fazem com que a transição para a sociedade adulta se torne, assim, “muito mais difícil do que em outras sociedades” (EISENSTADT, 1976, p. 146). Os grupos culturais juvenis emergem nas sociedades modernas com a finalidade de suprir as lacunas emocionais e psicológicas deixadas por essa longa espera para integrar-se, servindo como ponto de encontro entre o sistema de personalidade de seus membros e o sistema social.

Há, portanto, uma funcionalidade para os grupos juvenis nas sociedades modernas. Isto não significa, no entanto, que eles sejam capazes de realizar plenamente a integração social dos indivíduos. Eles concorrem, na realidade, com os canais de socialização oficiais, podendo levar a caminhos diversos, integrativos ou não.

Nas sociedades modernas, o surgimento dos grupos etários [...] deve-se à inadequação do canal mais oficialista – a escola – do ponto de vista das necessidades do adolescente. Porém, precisamente por esta razão, os próprios grupos etários nunca são totalmente adequados na sua qualidade de esfera de interligação e não podem cumprir funções plenamente integrativas. (EISENSTADT, 1976, p. 272)

Nas sociedades modernas não se pode garantir a continuidade do sistema social em sua totalidade. Em maior ou menor grau, os grupos juvenis são, na realidade, foco de potencial anormatividade e transformação. A ausência de rígidas prescrições de papéis deixa os jovens desenvolverem mais autonomamente sua personalidade de acordo com as escolhas disponíveis. Esta ausência “torna os grupos juvenis um dos mais importantes canais, mediante os quais ocorrem as inúmeras transformações das sociedades modernas” (EISENSTADT, 1976, p. 305).

Outro texto que gostaríamos de trazer à análise é o artigo de David Matza

originalmente publicado em 1961 nos EUA, intitulado *As Tradições Ocultas da Juventude* (MATZA, 1968). Neste artigo, o autor faz uma análise bastante interessante sobre a suposta maior vulnerabilidade dos jovens, em comparação à crianças e adultos, às três formas gerais de “marginalização” presentes na sociedade moderna, ancoradas, por sua vez, em tradições populares de revolta contra os valores da sociedade burguesa: a delinquência, o radicalismo e a boêmia. Cada uma dessas formas de revolta teria uma tradição, portanto uma historicidade própria que teria de ser considerada, segundo o autor, para preveni-las e melhor lidar com suas consequências.

Todas estas revoltas que atraem sobretudo os indivíduos jovens são, obviamente, um problema para a continuidade social. Mas para Matza as revoltas juvenis são mais que isso. As tradições antiburguesas, embora dificultem a integração, são importantes mecanismos socializadores porque estabelecem conexões entre a historicidade local dos indivíduos e o sistema social mais amplo. Reconhecendo que “ninguém, em sociedade alguma, é completamente socializado ou corresponde integralmente às expectativas da sociedade” (MATZA, 1968, p. 86), Matza diz que “o indivíduo marginal está ligado à sociedade por um mínimo de fatores representados pelos companheiros marginais e tradições locais” (MATZA, 1968, p. 85). Falar de tradições ocultas da juventude, continua Matza,

[...] é o mesmo que ampliar a noção de uma vinculação ao sistema social mais amplo; é ainda o mesmo que estabelecer conexões entre as tradições marginais locais e as tradições globais da sociedade convencional. A denominação oculta implica a existência de uma dialética constante entre as tradições convencionais e as tradições marginais, e que no processo de permutação entre ambas sejam modificadas. (MATZA, 1968, p. 85)

O ceticismo de Matza em relação à capacidade de uma socialização total é fortalecido pelo modo como considerou a outra face do problema em questão, a saber, o papel dos adultos nos processos socializadores. Matza sugere que rebeldias juvenis possuem uma ambivalência no que diz respeito à tolerância da sociedade adulta, que vai desde a contemplação simpatizante à desaprovação radical; de qualquer modo, a maioria assiste “em passiva contemplação” as rebeldias juvenis, variando o grau de reprovação de acordo com a modalidade da rebeldia e de acordo com os adultos em questão (MATZA, 1968, p.85).

Há um que de inexorável nas rebeldias juvenis: de um lado, a condição juvenil é potencialmente inclinada à rebelião; em segundo lugar, as tradições antiburguesas estão dialeticamente inseridas nas sociedades burguesas. Não se trata, portanto, de reprimir

impetuosamente as rebeldias juvenis, tampouco de considerá-las no âmbito dos desvios psicológicos individuais. Além do mais, Matza argumenta que é apenas uma pequena parte da população que adota as formas mais extremas das rebeldias juvenis, permanecendo a maioria dos jovens nos limites da normalidade.

Matza conclui seu texto com uma reflexão sobre as possibilidades de prevenção das rebeldias juvenis. O movimento dialético entre os meios convencionais de socialização e as tradições ocultas fazem com que a maioria dos jovens sigam versões amenizadas da rebeldia juvenil, que tem importância para o desenvolvimento de sua personalidade, mas que são abandonadas com a maturidade. É, assim, racionalmente possível estimular, dentro de certos limites, elementos das culturas e rebeldias juvenis, criando um espaço para formação da identidade, mas um espaço do qual o indivíduo consiga sair. Estimular as formas convencionais das revoltas juvenis pode servir para prevenir a rebelião extrema e quem sabe recuperar aqueles que já a adotam.

Do ponto de vista da compreensão sociológica, podemos dizer que ambos os textos contribuíram ao atribuir uma racionalidade específica às condutas juvenis anômalas. Embora estas condutas sejam sempre irracionais no sentido de não levarem a integração à sociedade, elas possuem uma racionalidade, uma razão de ser na sociedade moderna: no caso de Eisenstadt, os grupos juvenis se constituem para compensar a ineficiência dos canais oficiais (como a família e a escola) em fazer a ligação entre o indivíduo e a sociedade total, ainda que tendam à impor, paradoxalmente, descontinuidades no sistema social; no caso de Matza, as tradições ocultas servem como vínculo integrativo entre a historicidade local dos jovens e a sociedade global. Embora sempre conflituosa, a tendência natural dos jovens à rebeldia pode ser racionalmente orientada, através da apresentação de versões alternativas da rebeldia juvenil, que não levem a desintegração social de fato.

Para ambos os autores, as causas dos desvios não podem ser, portanto, reportadas apenas aos aspectos fisiológicos e psicológicos da adolescência ou da fase da juventude. Estes aspectos, de fato, ainda são importantes; porém, a própria sociedade moderna contribui para a anormalidade e para a rebeldia juvenil, na medida em que separa radicalmente os jovens de qualquer papel ou função social. O alargamento do tempo de formação do indivíduo, característico das sociedades modernas, abre muitas possibilidades de escolhas e muitos jovens correm o risco de não querer enquadrar-se nos moldes convencionais da vida em sociedade. Abre-se também a possibilidade dos valores desenvolvidos entre os grupos e culturas juvenis serem mais atrativos que os valores da

sociedade adulta.

O que gostaríamos de demonstrar com esta análise microscópica, focada em textos funcionalistas de meados do século XX, é como a juventude foi inserida, também na prática dos sociólogos que é a própria teoria sociológica, nas relações de poder e de governamentalidade modernas.

A questão que mais salta aos olhos quando lemos o material proposto é que, a partir da normalidade atribuída a determinados comportamentos, a sociologia se interroga sobre as causas e consequências das condutas desviantes. A juventude idealizada como norma nas análises funcionalistas é a dos indivíduos que superam, sem grandes resistências, os valores e comportamentos tipicamente juvenis e integram-se ao mundo adulto, dando continuidade ao sistema social conhecido. Dito de outro modo, a normalidade da condição juvenil é ser superada no tempo cronológico-social adequado.

O ato de normalizar indivíduos e comportamentos constitui por si, como já discutimos, uma estratégia política. Mas há outro efeito político destas análises sociológicas que deve ser destacado. As expressões tidas como juvenis, tanto as que se dão em torno de ideais e organizações políticas, quanto às manifestações culturais, intelectuais ou afetivas associadas aos jovens, tendem a ser aprisionadas, na racionalidade funcionalista de algumas análises sociológicas, enquanto típicas da fase de vida, ou enquanto inerentes ao grupo etário, não sendo consideradas como visões válidas fora da juventude, não sendo consideradas como racionalmente estabelecidas por pessoas capazes de propor caminhos para a vida em sociedade. As práticas culturais e as demandas declaradas por organizações ou movimentos juvenis tendem a ser, e isso está muito presente na vida contemporânea, interpretadas como típicas de uma cultura ou como expressão de uma ideologia juvenil que, mais cedo para alguns e mais tarde para outros, acaba por dar lugar ao pragmatismo e à responsabilidade dos adultos.

A segunda problemática sociológica que vamos analisar é a da juventude como mudança social. Para melhor compreendê-la, recorreremos à obra de Karl Mannheim, pensador cujo conjunto de ensaios e conferências por ele proferidas na década de 1940, publicados com o título *Diagnósticos de nosso tempo* (MANNHEIM, 1967), apresentam-nos o ensaio *O problema da juventude na sociedade moderna*⁸. Neste ensaio, Mannheim

⁸ A temática da juventude como mudança social foi elaborada e difundida em vários momentos e contextos sociais da história moderna. O fascismo italiano, por exemplo, apoiou-se amplamente na ideia do potencial transformador implícito aos jovens, sendo o qualificativo juventude adotado, em determinado momento, para designar o espírito progressista do próprio movimento fascista. Além disso, o Estado fascista procurou desenvolver um espaço institucional para os jovens nas hierarquias de comando, ainda que na realidade este tenha sido insuficiente para

discute o problema da integração social dos jovens de forma um pouco diversa da sociologia norte-americana. Preocupado com o futuro das sociedades envolvidas na Segunda Guerra mundial, comprimidas entre o *laissez-faire* do liberalismo e o totalitarismo dos países do eixo, o sociólogo tentou explicar as possibilidades da mudança social em direção a uma democracia planejada.

Ao propor a questão “o que podemos esperar da juventude?” Mannheim responde que toda sociedade possui recursos latentes para a mudança social que afloram nos momentos de crise; a juventude é parte destes recursos. A juventude só terá significação social se os indivíduos forem, na linguagem de Mannheim (que nesse aspecto o aproxima dos funcionalistas), integrados em alguma função social. Nas sociedades dinâmicas, como é o caso das sociedades ocidentais contemporâneas a Mannheim, a juventude é recrutada e inserida na composição da tessitura social, seja no caso das sociedades autoritárias conservadoras ou nas democracias liberais. O recrutamento da juventude não é sinônimo necessário de uma mudança progressista da sociedade.

Segundo Mannheim, na linguagem da sociologia ser jovem significa, sobretudo, ser um ser marginal (MANNHEIM, 1976). Os indivíduos ficam numa espécie de quarentena na qual formam sua primeira consciência e intelecto. Passado a infância, estes indivíduos começam a ter acesso à vida fora das instituições educativas e entrar na vida pública dos adultos. Nesse momento as normas ensinadas na família e na escola entram em conflito com as predominantes na vida pública, o que abre a possibilidade para sensibilização dos jovens para com movimentos sociais e propostas de mudanças (MANNHEIM, 1976).

Como dissemos, essa é uma disposição mental e social latente para a sociedade moderna e dependerá de sua utilização funcional a mudança social. O problema na prática é que, se a integração social dos jovens é dificultada pela inexistência de mecanismos racionais e democráticos de regulação dessa integração, os novos adultos tenderão a dar continuidade à sociedade do presente. Se essa integração é, por outro lado, incentivada e orientada no sentido do novo, há a possibilidade da transformação social. As sociedades ocidentais de meados do século XX tinham, segundo Mannheim, de resolver a questão da integração das novas gerações no sentido de uma vida democrática, caso quisessem superar a crise global na qual se encontravam.

impedir a burocratização do acesso dos jovens às instâncias decisórias. Sobre o tema, ver A juventude, metáfora de mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os EUA da década de 1950. Luisa Passerini in Giovanni e Schmitt (orgs.) História dos Jovens, vol II, São Paulo, Cia das Letras, 1996.

Pode-se dizer que a análise de Mannheim, na medida em que não se interessou especificamente pelas condutas desviantes e considerou os jovens como peças fundamentais para uma mudança que era, em sua opinião, mais quenecessária, deu um passo considerável em direção à racionalidade biopolítica. Em sua democracia planejada, a população de jovens deveria ser integrada via mecanismos racionalmente estabelecidos, sendo a juventude uma força socialmente útil. A normalidade da condição juvenil é, na problemática de Mannheim, sua utilização racional como força da sociedade.

Enfim, a juventude foi absorvida pelo discurso científico moderno na medida em que representou problemas sociais, tais como apresentamos: problema da continuidade do sistema social; problema da delinquência; problema da rebeldia e do radicalismo político; problema da mudança social. Além destes, pode-se acrescentar outros problemas não abordados em nossa análise, mas comumente associados aos jovens pelos discursos quotidianos e que são incorporados pelo campo científico, como violência, desemprego, uso de drogas, comportamento sexual de risco. Como dobra epistêmica do problema do homem construído na modernidade, a juventude ganha espaço nas ciências humanas como problema da sociedade. Este fato é bastante ressaltado nas análises contemporâneas sobre a tematização da juventude nos discursos mais clássicos das ciências humanas.

[...] a juventude só se torna objeto de atenção enquanto apresenta uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz alguma transformação na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural. (ABRAMO, 1997, p. 29)

Esta racionalidade presente no campo das ciências em relação à juventude produz, e foi isto o que procuramos demonstrar neste tópico, efeitos políticos concretos para a governamentalidade dos jovens.

O dispositivo e a governamentalidade dos jovens

Defendemos até aqui que as transformações sociais e a correlata organização das relações de poder ocorridas nas sociedades modernas deram forma a um dispositivo de juventude, isto é, a um conjunto heterogêneo de discursos, práticas e conhecimentos que tem os jovens como objeto e que, através das técnicas da normalização, tornaram os

indivíduos governáveis através de sua própria juventude. Isto não quer dizer, temos que deixar claro, que o poder seja totalmente confiscado dos jovens, ou que eles estejam excluídos da possibilidade de exercê-lo. Não é pela via da alienação do poder que os dispositivos funcionam.

Foucault procurou instrumentalizar o termo dispositivo como “uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem assim uma função estratégica” (CASTRO, 2009). Isto não significa que o dispositivo tenha uma definição fixa ou imutável.

O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo ou negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste. Por outro lado, encontramos também um processo de perpétuo preenchimento (remplissement) estratégico. (CASTRO, 2009, P.124)

No caso do dispositivo de juventude, a urgência a ser respondida era a radical separação da infância (e das crianças) da esfera produtiva e demais traços da sociabilidade adulta; verifica-se a partir daí a organização de um aparato moral, institucional, técnico e científico em torno dos processos da infância e da juventude e uma especial atenção quanto ao “papel dos jovens” na continuidade ou na mudança social. A juventude se constrói como experiência e identidade no interior desta rede de muitos elementos colocados em circulação por diversos atores e instituições na vida cotidiana, nas relações familiares, na vida escolar, nos momentos livres e de lazer, na vida comunitária, nas relações de trabalho, nos discursos publicitários, nos meios de comunicação de massa, etc. A identidade da juventude é assim constituída no âmbito de múltiplas e micro-relações e pode ser subjetivada como contra-poder ou como resistência ao poder.

O traço característico do poder é que certos homens podem, mais ou menos, determinar por completo a conduta de outros homens – mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva. Um homem acorrentado e espancado é submetido à força que exercem sobre ele. Mas não ao poder. Mas se ele pode ser induzido a falar, embora seu último recurso pudesse ter sido calar-se, preferindo a morte, isso significa que ele foi levado a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade foi submetida ao poder. Ele foi dominado pelo governo. Se um indivíduo pode permanecer livre, por menor que seja sua liberdade, o poder pode submetê-lo ao governo. Não existe poder sem oposição ou revolta em potencial. (FOUCAULT, 1990 p. 98)

São conhecidos os slogans defendidos pelos movimentos juvenis nas décadas de 1960 e 1970, como “não confie em ninguém com mais de 30”. Segundo indicam algumas reflexões, numa sociedade adulta centrada como a nossa, a adesão aos grupos culturais aparece para o indivíduo jovem como oportunidade de construção de uma auto-estima e possibilidade de uma identidade positiva. (Dayrell e Gomes, 2002 e Pais, 2003). Porém,

no âmbito da governamentalidade, a resistência dos jovens não precisa necessariamente compor uma ideologia ou lógica cultural bem definida; sendo a subjetivação da juventude um processo de sujeição e normalização, a resistência reside na constante possibilidade de não submissão ou ajustamento dos indivíduos aos padrões socialmente impostos.

O dispositivo submete os jovens a formas e modalidades de exercício do poder (governamentalidade); cada contexto histórico e social produz seu ideal de juventude e os mecanismos de ajustamento dos jovens. Mas mesmo num contexto dado, definições conflituosas sobre a juventude podem operar. A diversidade de discursos é característica do dispositivo e isso quer dizer que discursos diferentes e mesmo opostos tem efeitos políticos sobre e a partir dos jovens. Cada discurso pode ser assim analisado em sua positividade, ou seja, em sua capacidade de articular problemas e sujeitos numa trama social que é ao mesmo tempo analítica, política e ideológica.

Toda esta reflexão teve por objetivo introduzir a ideia de governamentalidade na interpretação dos fenômenos ligados à juventude. Apresentamos nesta análise as visões do jovem delinquente, rebelde ou radical que tanto interessaram aos discursos e análises sociológicas em meados do século XX (e que se encontram disseminadas nas práticas e discursos sociais modernos). Por sua vez, a visibilidade que vem sendo construída e disputada no Brasil contemporâneo é a do jovem sujeito de direitos e das medidas políticas e institucionais necessárias para se garantir a existência de uma juventude.

As políticas públicas para juventude podem ser compreendidas, esta é nossa hipótese, como modalidade do poder ou como racionalidade específica que coloca em relação de governo dois conjuntos: de um lado, os recursos e bens públicos e os aparatos institucionais e políticos do Estado; de outro, os indivíduos jovens (de acordo com a legislação brasileira, são jovens os indivíduos de 15 a 29 anos de idade).

Esta relação não pode ser estabelecida sem a produção e circulação de discursos verdadeiros. Uma análise destes discursos é o nosso objetivo mais amplo e será apresentada num momento oportuno.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: Revista Brasileira de Educação n.5-6, mai./dez.; 1997.
- ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- BOURDIEU, P. “A juventude é apenas uma palavra”. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CASTRO, E. Vocabulário de Foucault: um percurso por seus conceitos, temas e autores. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.
- DAYRELL, J. ; GOMES, N. L. Juventude, práticas culturais e identidade negra: Palmares em ação. Brasília. DF, n. 2, p. 18-23, 2002.
- EISENSTADT, S. N. De geração a geração. Editora Perspectiva, 1976.
- FLITNER, A. “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude”. In: BRITO, S. (Org.) Sociologia da Juventude vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2007.
- _____. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Vigiar e Punir. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1993.
- _____. Omnes et singulatim: por uma crítica da razão política. In: Novos Estudos. n. 26, março, 1990.
- GROPPO, L.A. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis: Estudos de Sociologia. Araraquara, v. 14, n.26, 2009.
- MACHADO PAIS, J. A Construção Sociológica da juventude: alguns contributos. In: Análise Social. Vol. XXV (105-106) p. 139 – 165, 1990.
- MACHADO PAIS, J. Culturas Juvenis. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.
- MATZA, D. “As tradições ocultas da juventude”. In: BRITO, S. (Org.). Sociologia da Juventude. Vol. III Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MANNHEIM, K. “O problema da juventude na sociedade moderna”. In: MANNHEIM, K. Diagnóstico de nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MEAD, M. “Sex and Temperament in Three Primitive Societies”. Routledge e Kegan

Paul, 1935, apud MACHADO PAIS, J. A Construção Sociológica da juventude: alguns contributos. In: *Análise Social*. Vol. XXV (105-106) p. 139 – 165, 1990.

REUTER, E. B. “The Sociology of Adolescence”. In: *American Journal of Sociology*. vol. 43, 1937, pp. 414-427 apud MACHADO PAIS, J. A Construção Sociológica da juventude: alguns contributos. In: *Análise Social*. Vol. XXV (105-106) p. 139 – 165, 1990.